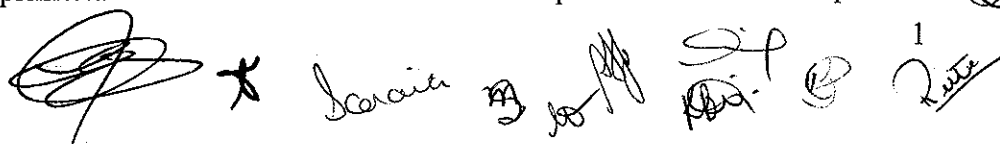


1 Aos 31 dias do mês de março de 2016, reuniram-se no Auditório da Universidade do Vale do
2 Itajaí (UNIVALI), Campus de KobraSol, os seguintes membros do Fórum Estadual Permanente
3 de Apoio à Formação Docente de Santa Catarina (FEPAFD/SC): o Senhor **Gilberto Luiz**
4 **Agnolin**, Diretor de Políticas e Planejamento Educacional da Secretaria de Estado da Educação
5 (SED/DIPE), representando o Senhor Eduardo Deschamps, Secretário de Estado da Educação e
6 Presidente deste Fórum; a Senhora **Maria dos Anjos Viella**, representante do Instituto Federal
7 de Santa Catarina (IFSC); o Senhor **Lourival José Martins Filho**, representante da
8 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); a Senhora **Rute da Silva**, representante
9 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Senhora **Solange Maria Alves**,
10 representante da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); a Senhora **Elenir Roders**
11 **Budag**, representante da Universidade Regional de Blumenau (FURB); a Senhora **Solange**
12 **Sprandel da Silva**, representante da Universidade do Contestado (UnC); a Senhora **Maria**
13 **Sirlene Pereira Schilickmann**, representante da Universidade do Sul de Santa Catarina
14 (UNISUL); a Senhora **Soraia Liége Nuhrich**, representante da Universidade do Vale do Itajaí
15 (UNIVALI); a Senhora **Brígida Maria Erhardt** representante da Universidade da Região de
16 Joinville (UNIVILLE); a Senhora **Teresa Machado da Silva**, representante da Universidade
17 Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); a Senhora **Lucivani Gazzóla**,
18 representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); a Senhora **Mariléia**
19 **Aparecida Wolff Tubs**, representante da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC); a
20 Senhora **Marcilene Popper Gomes**, representante do Centro Universitário de Brusque
21 (UNIFEBE); a Senhora **Adriana Mendonça Destro** e a Senhora **Gicele Maria Cervi**,
22 representantes do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID (ForPIBID); a
23 Senhora **Íris Weiduschat**, representante do Instituto Federal Catarinense (IFC); a Senhora **Edir**
24 **Seemund**, Gerente de Políticas e Programas da Educação Superior (SED/DIPE/GEPRE); a
25 Senhora **Karina Bernardes de Oliveira e Silva**, Secretária Executiva deste Fórum
26 (SED/DIPE); a Senhora **Nadir Peixer da Silva**, (SED/GABSA); e o membro ouvinte, Ancelmo
27 Pereira de Oliveira (SED/DIPE). O Senhor **Gilberto Luiz Agnolin** abre a reunião, cumprimenta
28 os presentes, justifica a ausência do Sr. Eduardo Deschamps, que no momento acompanha uma
29 delegação do Ministério da Educação – MEC, a trabalho no Estado. Ressalta renovação de
30 pessoas entre os membros do Fórum, anuncia a nova estrutura da SED, em que a DIES, passou
31 a ser DIPE - Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional. Solicita a todos que se
32 apresentem, identificando as instituições que representam. Em seguida, submete ata da reunião
33 anterior a aprovação dos presentes. A Ata é aprovada sem nenhuma contestação e assinada. Na
34 sequência, coloca em apreciação a pauta da reunião que é ratificada com a inclusão do item:
35 Retomada das atribuições do Fórum, proposto pela Senhora Teresa Machado da Silva. Passa a
36 palavra para a Senhora Júlia Siqueira da Rocha (SED/DIPE) que cumprimenta a todos e passa a
37 falar sobre as articulações referente à Base Nacional Comum. Diz que em fevereiro, dia 24, o
38 MEC chamou para uma reunião em Brasília, da qual participou como representante da
39 Secretaria Estadual de Educação, com mais um delegado da SED e um, representando a União
40 dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Reiterou que foram dois dias de trabalho
41 produtivo, junto com a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Juiz de Fora
42 (UFJF) e também a PUC do Rio de Janeiro, instituições responsáveis pela análise e organização
43 dos dados referente à articulação em torno da Base Nacional Comum. Assegurou que estamos
44 diante de um trabalho de grande dimensão, com propósitos e metodologias definidas voltadas a
45 atender uma realidade que representa um direito da população. Comparou o processo
46 desencadeado no Brasil com o de outros países, dizendo que o ritmo aqui está acelerado em
47 virtude de fatores burocráticos, mas que por razões políticas, o processo iniciou muito tarde.
48 Disse que a dinâmica é rápida, mas trata-se de um trabalho elaborado com perspectivas
49 metodológicas adequadas para atingir os objetivos propostos. Reconheceu que o desafio maior
50 neste momento é o de fortalecer a participação das escolas e das comissões estaduais e que as
51 Universidades já fizeram a análise de todas as questões que tinham sido postas, tendo em vista a
52 elaboração de uma primeira versão do documento. Na sequência confirmou que será



53 disponibilizado uma segunda versão do documento, após as modificações sugeridas pelas
54 contribuições que estão sendo apresentadas, cujo montante já ultrapassou o número de 10
55 milhões e no momento passam por um processo de filtragem pelas instituições responsáveis.
56 Esclareceu que para a segunda versão os aportes não serão por áreas, mas por etapas, para
57 assegurar o entendimento de toda a trajetória do processo formativo do sujeito. Apontou que há
58 grandes discussões e embates sugeridos por diferentes olhares envolvendo a problemática da
59 Educação Infantil, da História e da Língua Portuguesa. A nova versão está prevista para sair no
60 dia 15 de abril, com mudanças na forma de participação que não será mais por objetivos, mas
61 sim por destaques. Em maio todos os Estados farão um seminário financiado pelo MEC, que
62 resultarão em um documento final. Falou que está em discussão a forma de representatividade
63 para os participantes no seminário e o processo de escrita do referido documento. Os recursos
64 para o seminário em Santa Catarina virá via UFSC, previsto para atender uma demanda de 500
65 pessoas e que possivelmente acontecerá no município São José. Informou da possibilidade dos
66 municípios fazerem os seus seminários via UNDIME. Argumentou que ao término das
67 atividades no Estado, o documento elaborado será assinado pelo Governador e também pelo
68 Secretário de Educação, para então, ser encaminhado ao MEC. Ao chegar no MEC, haverá uma
69 nova análise feita por uma comissão e só então, irá para o Conselho Nacional de Educação.
70 Salientou que o Conselho não aprovará nada, sem que tenha havido uma ampla participação dos
71 professores. Por isso, a UNB está tratando a Base Nacional, como uma pesquisa científica, e
72 nomeou alguns auxiliares de pesquisa, que no dia 23 de fevereiro fizeram uma espécie de “pente
73 fino” para ver quem participou das articulações, pois o sistema permite a identificação de quem
74 participou e como participou, mediante os filtros que foram criados. Disse haver qualidade no
75 material produzido, sobretudo aqueles elaborados pelos leitores críticos. Mencionou como
76 positivo o fato de que 57% das contribuições dadas são provenientes da escola pública e que é
77 pouco o número de pessoas posicionadas contra a Base, sendo que as críticas são bem aceitas.
78 Achou importante o fato do MEC estar em contato direto com as escolas via email e a criação
79 do “Café da Base”, realizado semanalmente. Reconheceu que este é um momento de debate e as
80 questões que são postas estão sendo compiladas e aos poucos serão respondidas. A Senhora
81 Júlia Siqueira pediu aos presentes para ajudar a qualificar o documento. Destacou que o
82 CONSED se posicionou apontando algumas questões que foram acatadas pelo ministro, como
83 por exemplo, o pedido de que a centralidade da Base não sejam os conteúdos, mas os
84 estudantes; que haja a possibilidade de discutir o desempenho, além dos conteúdos e que o
85 ENEM não seja dado por objetivos fixos, para que os Estados possam pensar algo de novo,
86 visto que há muitos alunos fora de escola e alunos com idade e série que são incompatíveis;
87 fruto da repetência. Disse também, que o CONSED entende que a Base não pode ser um
88 impeditivo para que os Estados encontrem seu caminho. A Senhora **Rute da Silva** indagou se
89 permanecerá o mesmo processo de participação via plataforma. A Senhora Júlia Siqueira
90 respondeu que o espaço de participação que se abre agora é via seminários. Como será a
91 participação além dos seminários, ainda não está bem definido. O Senhor **Lourival José**
92 agradeceu as colocações e disse que pelas discussões feitas na UDESC, parece que o cenário é
93 preocupante quando se trata da educação dos 04 aos 17 anos e que não é possível pensar a
94 formação de professores sem um diálogo mais elaborado. Indagou como fica a situação da Base
95 em relação à Proposta Curricular do Estado, enquanto elemento para se pensar as licenciaturas e
96 uma nova proposta vinda da diversidade. A senhora Júlia Siqueira informa que já se falou em
97 alargar o prazo para discutir estas questões com impacto nas licenciaturas, no livro didático,
98 dentre outras e que há sugestões para um “além da Base”, uma vez que os prazos são curtos e
99 devem ser alargados. O senhor **Lourival José** pergunta se há um mecanismo para que haja este
100 alargamento. A senhora **Brígida** reiterou que há uma demanda em curso dentro das IES, com
101 processos particulares, que dificultam o atendimento das prerrogativas da Resolução CNE/CP
102 02/2015 e da Base, o que pode comprometer o processo. O Senhor **Gilberto** retoma a palavra e
103 informa que esta é uma preocupação importante e por isso, precisamos fazer uma moção
104 pedindo que se ampliem os prazos, no sentido de melhorar a realidade. Em seguida encaminha a

X

Jaraiá

Rute

2 Rute

105 discussão para o próximo ponto da pauta, que é a Resolução CNE/CP 02/2015. Solicita à
106 comissão que trabalhou a temática para que se manifeste. O grupo informou que no dia 12 de
107 novembro foi montada a comissão e que a primeira reunião ocorreu no dia 22 de março tendo
108 como foco analisar como está o andamento desta realidade nas IES, tendo em vista algumas
109 aspectos importantes como a integralização, os níveis e modalidades de ensino, entre outras
110 questões. Diante disso a equipe elaborou uma proposta de questionário para levantar as
111 informações necessárias com o propósito de, na próxima reunião, fazer a síntese dos dados
112 levantados. A comissão acredita que com isso se terá um cenário da realidade em Santa
113 Catarina. Os membros da comissão ponderaram sobre a necessidade e urgência das informações
114 para que se possa ter um panorama desta realidade. O Senhor **Lourival José** ressaltou que todos
115 nas IES devem fazer o estudo sobre a Resolução e que a equipe fará um mapeamento da
116 realidade, de forma objetiva, orientada por perguntas já formuladas, visando diagnosticar as
117 ações desenvolvidas. A comissão apresenta as questões reafirmando a necessidade de articular
118 esta realidade com as instituições de Educação Básica para que se saiba como avançar no
119 processo. O senhor **Lourival José** considerou que as Pró-reitorias terão que criar uma
120 coordenação específica para cuidar das políticas de formação de professores. A senhora **Maria**
121 **Sirlene** informa o calendário previsto e será feito um aprimoramento do calendário. Dia 06 a
122 Senhora **Karina** encaminhará o calendário aprimorado para todos os membros do Fórum. Até o
123 dia 20 de abril o instrumento deve ser respondido. Com os dados, o grupo analisará e
124 sistematizará as questões para ser apresentada na próxima reunião do Fórum. O Senhor
125 **Gilberto** sugere que estas discussões sejam encaminhadas também para as Reitorias afim de
126 que os dirigentes institucionais saibam o que está acontecendo. A senhora **Maria dos Anjos**
127 pede para que as questões sejam socializadas com o grupo interno do Instituto que também
128 discute a formação, porque o levantamento interessa aos mesmos. O Senhor **Lourival José**
129 resalta que o objetivo é estabelecer uma leitura do cenário em que as IES estão atuando. O
130 Senhor **Gilberto** submete o cronograma apresentado, a aprovação dos presentes, que concordam
131 com as datas. A Senhora **Solange Maria Alves**, chama a atenção para que o instrumento
132 elaborado permita entender os aspectos subjetivos das diferentes realidades que acontecem nas
133 instituições. Sugere que seja criado um campo para colocar as experiências relevantes que já
134 estejam em processo, denotando uma caminhada importante para ajudar o Fórum. O Senhor
135 **Gilberto** retoma a palavra dizendo que a questão do mapeamento é importante para ser
136 socializada não só no Fórum, mas também com as regionais e outros grupos que atuam na
137 formação e passa a palavra para a Senhora **Teresa Machado da Silva** que fala em nome dos
138 coordenadores do PARFOR. Coloca em evidência a necessidade de se voltar para planejamento
139 de estudos, discussão e estratégias para a implantação das políticas de formação, uma vez que o
140 Fórum não pode perder de vista a sua função primordial, que é elaborar o Planejamento
141 Estratégico tendo como atribuição central, a Formação Inicial e Continuada de Professores.
142 Reitera que em cada reunião do Fórum, esta realidade deve estar presente como um dos focos
143 principais. Também considera importante o envolvimento das IES na elaboração do instrumento
144 para mapear a realidade. A Senhora **Brígida Maria Erhardt** sugere que na próxima reunião
145 seja feito um levantamento do que foi planejado em 2015, seguido de uma reflexão sobre o que
146 se pode fazer diante da nova Resolução, tendo em vista as demandas referente a formação
147 inicial, para assim termos elementos que ajudem a pensar melhor o ano de 2017. O Senhor
148 **Gilberto** lembra que dentre as demandas levantadas, existem algumas que estão diretamente
149 ligadas ao MEC. Diz, porém, que os representantes do MEC, não estão atendendo os diversos
150 pedidos para participar das reuniões do Fórum. Considerou que vivemos um novo cenário
151 provocado pelas discussões da Base Nacional Comum e que isso implica em refletir sobre a
152 política da formação. Reforçou que, particularmente, o Estado tem feito a sua parte, dentro de
153 uma determinada governabilidade, mas existem dependências do Governo Federal e que os
154 recursos estão complicados, em virtude de fatores conjunturais envolvendo o aumento de
155 despesas. Afirmou que é preciso lidar com a estrutura institucional considerando as limitações
156 que são postas no processo que envolve a formação inicial e continuada e é preciso trazer os

*

Barcia

J. P. M.

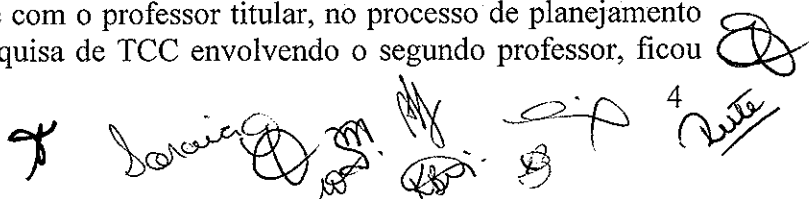
P. M.

P. M.

3

R. M.

157 dirigentes institucionais para refletirem juntos esta questão dentro do Fórum, pois existe uma
158 tensão entre a demanda pela formação e os recursos que se tem. Exemplificou que o UNIEDU,
159 envolve um volume em torno dos 10 milhões de reais e são recursos que foram garantidos para as
160 licenciaturas e a para a pós-graduação, no ano de 2016. Ponderou que é preciso continuar
161 fazendo arranjos com a Secretaria da Fazenda para assegurar os recursos que tendem a ser
162 reduzidos. Em Junho e Julho, haverá um seminário envolvendo a educação básica em Santa
163 Catarina, tendo em vista o PNAIC, o PNEM e a Proposta Curricular. Estarão em pauta,
164 discussões importantes, em um momento delicado e é preciso manter as estruturas e continuar
165 negociando para encontrarmos formas de garantir os recursos e assegurar as bolsas para os
166 alunos, em 2017. A Senhora **Rute da Silva** afirma que as restrições transcendem a realidade dos
167 Estados e Municípios. Atinge também as Universidades Federais, que sofrem com os cortes
168 orçamentários e isso é lamentável. Disse que o PNAIC atua com os recursos alocados em 2015
169 e que em 2016, os recursos ainda não foram sinalizados. O Senhor **Gilberto** informa que é
170 urgente a presença do MEC na reunião de maio, pois precisamos aprofundar a questão e passa a
171 palavra para a Senhora **Nadir Peixer**, para fazer a entrega do Plano Estadual de Educação
172 elaborado pelo Fórum Estadual de Educação. Reitera que o trabalho do Fórum foi intenso e foi
173 feito por um grupo ativo que também discute as questões levantadas, como a Base Nacional
174 Comum, através de seus representantes. Considerou, que foi feito uma ampla reflexão destas
175 questões dentro de uma perspectiva de sistema e que o Plano leva em consideração a síntese de
176 todas as CONAES. Destacou que foi um trabalho articulado com os municípios e contém metas
177 específicas que irão contribuir com a formação inicial e continuada. Por isso, pede o olhar
178 atento de todos para as metas e diretrizes relacionadas à Formação no Ensino Superior.
179 Considerou que Santa Catarina está com quase a totalidade dos planos municipais elaborados e
180 aprovados e que o Estado mais atrasado em relação aos planos é o do Rio de Janeiro. A Senhora
181 **Tereza** considerou importante o entendimento de que o Plano constitui uma ação de Estado e
182 não de governo. O Senhor **Lourival José** indaga sobre as contribuições do Fórum na formação
183 de mestres e doutores. O Senhor **Gilberto** afirma que esta será uma luta importante, que agora
184 está posta como meta e deve ser organizada. Agradece a senhora Nadir e argumenta que
185 necessita afastar-se da reunião em função de compromissos assumidos e passa a palavra à
186 Senhora **Edir Seemund**, que cumprimenta a todos e assume a condução dos trabalhos,
187 reforçando que na página na SED, há uma atualização diagnóstica de todas as metas, incluindo a
188 meta 14, para que se possa acompanhar os seus desdobramentos. O Senhor **Lourival José** diz
189 que as IES têm programas no campo da formação, mas que as regras da CAPES são muito
190 rígidas o que dificulta a formação de quadros para que possamos atingir a meta. Disse que a
191 CAPES terá que encontrar um caminho para aumentar o número de mestrandos e doutorandos.
192 A Senhora **Edir Seemund** diz que este é um dado fundamental, pois é preciso ampliar o quadro
193 de mestre e doutores atuando nas instituições. Na continuidade, a Senhora **Karina Bernardes**
194 apresenta os dados do PARFOR, mostrando que o processo feito no ano passado foi
195 concretizado e que existe a possibilidade de abertura de novas turmas via UAB, na modalidade
196 EAD, para o ano de 2017. Reforçou que a SED está na espera dos calendários. A Senhora
197 **Teresa Machado** informou que o PARFOR foi criado para habilitar professores em área
198 carentes, tendo em vista o mapeamento que foi feito, mas que, no entanto, há muitos docentes
199 complementando a carga horária em áreas para as quais não estão habilitados. Reconheceu que
200 esta prática quebra a dinâmica do programa e faz com que os alunos continuem tendo aula com
201 professores não habilitado. A Senhora **Brígida Maria** reforçou que esta realidade é complicada
202 e se estende para escolas municipais, configurando mais uma mazela que não estamos
203 observando, nas questões que envolvem a qualidade do ensino. A Senhora **Maria Sirlene** inclui
204 neste debate, o problema do segundo professor, pois pesquisas indicam políticas de educação
205 avançada neste sentido, mas que não estamos dando conta da dimensão pedagógica desta
206 realidade dentro do contexto da escola, pois ignoramos a formação deste segundo professor,
207 sua articulação com a gestão da escola e com o professor titular, no processo de planejamento
208 das atividades. Ilustrou que em uma pesquisa de TCC envolvendo o segundo professor, ficou

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the center, and a signature with the number '4' on the right.

209 constatado que há certos casos em que eles repetem a mesma metodologia todos os anos e
210 desenvolvem um trabalho fragmentado, sem um efetivo contexto de aula. Com isso questiona os
211 investimentos que são feitos, sem o devido acompanhamento dos resultados. A senhora **Edir**
212 **Seemund** informou que há uma política específica para esta questão, e que o tema será levado à
213 SED afim de que um novo olhar seja lançado, para que se faça um levantamento detalhado da
214 realidade. Quanto ao professor não habilitado em sala de aula, informou que trata-se de um
215 problema de longa data no Estado e representa uma realidade complexa dentro do processo de
216 gestão, em virtude da situação do professor que precisa complementar sua carga horária, mas
217 enfrenta o problema da habilitação. Dando sequência a pauta, a Senhora **Maria Sirlene** passa a
218 fala sobre o ForParfor. Disse que está havendo um acompanhamento sobre o PARFOR e as
219 possibilidades de oferta para 2017. O que se está discutindo é sobre os cursos que serão
220 ofertados e onde se dará a oferta, para que se possa contemplar a demanda. Disse que na reunião
221 do ForParfor de 07 de dezembro, em Brasília, foram feitas estas discussões e segundo a
222 CAPES, os programas serão institucionalizados nas IES, que devem constituir os seus Comitês
223 Gestores de Formação Inicial e Continuada. Considerou que na reunião ficou evidente que as
224 ofertas se dariam em um novo desenho, onde as IES, via Comitê Gestor, apresentariam os seus
225 programas fruto de uma articulação interna envolvendo a Graduação, a Pós-graduação e a
226 consolidação de uma rede de pesquisadores em todos os níveis das licenciaturas, sem perder de
227 vista a interação com a Educação Básica. Reforçou que o Fórum deve acionar a UNDIME, para
228 estreitar as ações e delimitar também, os critérios para a atuação do PARFOR neste novo
229 desenho. Disse que precisamos trabalhar os critérios de acesso ao programa, para que o mesmo
230 não seja tão limitativo aos alunos. Indagou se nas IES está havendo a discussão sobre a
231 formação do Comitê Gestor. A Senhora **Solange Maria Alves** afirmou que na sua instituição,
232 está havendo a discussão sobre a composição do Comitê. A senhora **Teresa Machado da Silva**
233 reforça que agora todas as IES devem constituir o seu Comitê, segundo a Resolução. A Senhora
234 **Maria Sirlene** afirmou que na reunião do dia 7 de dezembro, foi reforçada a informação de que
235 todas as IES deveriam formar o seu Comitê Gestor e que passará o documento para a Senhora
236 **Karina Bernardes**, afim de que seja socializada com os demais membros do Fórum. Comentou
237 que no encontro surgiram três palavras fortes a serem observadas: sustentabilidade,
238 organicidade e articulação, sugerindo que a formação do Comitê Gestor, constituirá uma
239 condição para que a IES possa participar do programa. Dentro do andamento da pauta, a
240 senhora **Mariléia Aparecida Wolff** falou sobre o Evento de Lages, dizendo que o seminário
241 foi um sucesso, feito em parceria com o PIBID, PARFOR e PROESDE Licenciatura e todas as
242 Licenciaturas. Considerou que foi um trabalho articulado no Fórum e teve um grande sucesso,
243 com resultados significativos para as licenciaturas. Foi um evento muito elogiado. A Senhora
244 **Edir** parabeniza a organização, informa que a equipe da SED esteve presente no evento e
245 destacou a grande organização do evento. A Senhora **Edir Seemund** passa a palavra a Senhora
246 **Gicele** para falar sobre o PIBID. A mesma informa que desde 2014 há uma articulação tendo
247 em vista a fragilidade do programa e agradece o apoio do Fórum em relação ao trabalho de
248 mobilização, que está ajudando na articulação de algumas ações importantes, envolvendo alguns
249 parlamentares, para garantir a continuidade do programa, em virtude da dinâmica que o MEC
250 tem imprimido sobre a questão da formação. Considerou que o programa não tem um grande
251 defensor na CAPES e que isso não é bom e exigirá uma contínua mobilização. A Senhora **Edir**
252 **Seemund** passa a palavra ao Senhor **Lourival José**, que fala a respeito do caderno: “As
253 Licenciaturas em Santa Catarina – formação de professores em debate”. Informou que agora há
254 a possibilidade de se fazer o terceiro seminário sobre as licenciaturas, que poderão qualificar
255 alguns debates que o Fórum tem feito. Disse que foi constituída uma comissão que lerá a
256 segunda parte do caderno para ser entregue ao Fórum, mas se alguém necessitar da segunda
257 parte antes da revisão, irá verificar a possibilidade de uma versão que pode ser disponibilizada
258 em PDF. A Senhora **Maria dos Anjos** pede a palavra e fala sobre o ENALIC (encontro das
259 Licenciaturas) dando ciência de que o Encontro Nacional previsto para Santa Catarina, foi
260 transferido para Brasília e ocorrerá no final do ano. A Senhora **Rute da Silva**, informa que seria

X

Barbara

Edir

5 Rute

261 importante criar no Fórum um espaço de informação sobre os eventos e que o Fórum se fizesse
262 representar. Com relação ao próximo encontro, a Senhora **Karina Bernardes** disse que está
263 averiguando a situação para ver se ocorrerá em dois dias ou não e qual será o local. A Senhora
264 **Brígida Maria Erhardt** reforça a ideia sobre a questão da moção, pedindo a prorrogação do
265 prazo para a adequação das licenciaturas frente às prescrições da Resolução CNE/CP 02/2015.
266 Reitera que a prorrogação do prazo, em pelo menos meio ano, ajudaria as IES, pois haveria mais
267 tempo para articular as ações, tendo em vista também, as definições da Base Nacional Comum.
268 A Senhora **Teresa Machado da Silva** reforça que precisamos dar encaminhamento a questão da
269 moção, do planejamento das ações do Fórum e da política do PARFOR em Santa Catarina.
270 Solicitou que seja definido quando e quem estará à frente destas questões. Concluiu que em
271 relação ao PARFOR, é preciso considerar dois eixos importantes, ou seja, aquele que trata das
272 questões ligadas a fatores estruturais e o eixo que implica nas questões pedagógicas, que pode
273 apontar para a proposição de cursos diferenciados. A Senhora **Edir Seemund** retoma a palavra,
274 agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião. Eu, Ancelmo Pereira de Oliveira,
275 lavrei a presente ata que deverá ser submetida à aprovação pelos membros do Fórum presentes
276 na próxima reunião.

Karina B. de Oliveira e Silva
Apm. J.
Sarcia
Edir Seemund
Teresa da Silva
6